



ESTADO E PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA: ORIGENS DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

STATE AND PLANNING IN LATIN AMERICA: THE ORIGINS OF DEVELOPMENTALISM IN BRAZIL

v. 8, n. 3 [14]
set/dez (2016)

Artigo

Camila Ferrari; Eulalia Portela Negrelos

Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP

camilaferrari@ymail.com; negrelos@sc.usp.br

Resumo

Este trabalho propõe um debate sobre a urbanização e as práticas urbanísticas no Brasil entre 1930 e 1945 compreendendo que o "desenvolvimentismo", ligado na América Latina aos processos de industrialização baseada na intervenção estatal e na ideia de um projeto de nação, ao qual se vinculou a formulação da "cidade latino-americana" após 1945, teria origens no Brasil em 1930. A visão da cidade como alavanca para o desenvolvimento das sociedades latino-americanas estava em grande medida já proposta ou em maturação no Brasil desde 1930 quando a aposta estatal no desenvolvimento, com forte componente nacionalista, levou à conformação de um ambiente propício ao planejamento urbano de cunho modernizante, resultante do amálgama das visões de vanguarda do plano político e do plano técnico.

Palavras-chave

Cidade latino-americana, planejamento, intervenção estatal, desenvolvimentismo no Brasil

Abstract

This paper proposes a debate on the urbanization and urban planning practices in Brazil between 1930 and 1945, understanding the "developmentalism", linked in Latin America to the industrialization processes based on state intervention and the idea of a national project, which was linked to the formulation of the "Latin American city" after 1945, has its origins in Brazil in 1930. The vision of the city as a promoter of development of Latin American societies was largely already proposed or maturing in Brazil since 1930, when the state commitment to a development with a strong nationalist component led to the conformation of a propitious environment to a modernizing kind of urban planning, resulting from the amalgamation of views forefront of the political and the technical levels.

Keywords

Latin American city, planning, state intervention, developmentalism in Brazil

Introdução

Este trabalho propõe um debate sobre as práticas de planejamento urbano no Brasil entre 1930 e 1945, quando se verifica a fundação de diversas “cidades-novas” vinculadas à implantação de indústrias estatais e à expansão do território em direção ao interior, além de projetos de reformas em prol da modernização de antigos centros urbanos. Parte-se da proposição de que o “desenvolvimentismo”, associado na América Latina aos processos de industrialização baseados na intervenção estatal e na ideia de um projeto de nação após 1945, ao qual foi associada a formulação da “cidade latino-americana” como projeto político e intelectual, teria origens no Brasil em 1930, estendendo-se até 1964, quando se esgota a partir do Golpe Militar. Entendemos que a visão da “cidade latino-americana” como alavanca para o desenvolvimento dos países latino-americanos, então considerados subdesenvolvidos, estava em grande medida já proposta ou em maturação no Brasil desde 1930, quando a aposta estatal no desenvolvimento, com o forte componente nacionalista, levou à conformação de um ambiente propício ao planejamento urbano de cunho modernizante, resultante do amálgama das visões avançadas – de vanguarda – do plano político e do plano técnico.

Na primeira parte do texto resumimos o contexto de formulação e implementação do projeto desenvolvimentista na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, expondo suas principais características e propostas conforme sugerido pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, a CEPAL. Na sequência, apresentamos a visão de autores como Celso Furtado, Francisco de Oliveira e Ricardo Bielschowsky, que, em vários trabalhos, compreendem que o desenvolvimentismo no Brasil teria suas origens em 1930, quando fatores estruturadores do pensamento desenvolvimentista como o a defesa da intervenção estatal no plano econômico e a industrialização aparecem já concatenados no sentido da construção de um projeto de nação.

Na segunda parte do texto procuramos demonstrar, com o auxílio de diversos trabalhos de Adrián Gorelik, que ao longo do processo de urbanização na América Latina os planos político e técnico atuaram de forma conjunta na definição e implementação das práticas urbanísticas, implicando em diferentes períodos em que vigoram formas peculiares de atuação planejada sobre a cidade e o território regional. Neste quadro, apresentamos como o desenvolvimentismo - como projeto econômico propagado ideologicamente – é associado ao planejamento, ou planificação, da cidade latino-americana, compreendida, como projeto político e intelectual, como alavanca para o crescimento social e econômico proposto para os países da região. Na sequência apresentamos exemplos de planos de cidades e projetos de reforma urbana que sugerem que essa ideia balizava as práticas de planejamento no Brasil desde 1930.

1. O desenvolvimentismo na América Latina e suas origens no Brasil

1.1. O desenvolvimentismo na América Latina

A ideologia liberal encontrava na primeira metade do século XX seu limite na crise gerada pela superprodução e pelo acirramento das disputas entre mercados, intensificadas pelo ingresso de países tardiamente unificados como Itália e Alemanha, e posterior tensão que culmina na Primeira Guerra Mundial. Uma nova organização político-econômica que compreendia o Estado como agente indispensável ao bom funcionamento da economia apareceu como solução para a crise do capitalismo. Ao mesmo tempo outro tema passava a constituir o campo de estudos dos intelectuais do período: a emergência do problema da pobreza nos países menos desenvolvidos. Este momento é "o ponto de partida para as teorias que engendraram o tema do subdesenvolvimento e que assinalaram uma nova relação entre economia e política com a sobrevalorização do Estado não como corretor de desequilíbrios, mas como promotor de desenvolvimento". (CEPEDA, 2006, p.3)

Durante a Segunda Guerra Mundial muitos países latino-americanos iniciariam ou desenvolveriam seu processo de industrialização, como forma de substituir no mercado interno produtos até então importados, cujo acesso era dificultado, quando não, impossibilitado fisicamente. Após 1945 "disseminava-se a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar o terreno com a volta à normalidade no pós-guerra, potencializando a restauração da ideologia liberal dominante até os anos 1930" (BIELSCHOWSKY, 2000a, p.24). No entanto, as economias latino-americanas já estavam em pleno processo de industrialização, fortalecendo-se a ideologia do desenvolvimento baseado na indústria.

A partir de 1948 uma agenda desenvolvimentista comum a diversos países latino-americanos seria respaldada por diversos órgãos internacionais cujo objetivo específico era estimular o desenvolvimento no continente. Destaca-se a *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), organizada pela ONU em 1948¹. A defesa do desenvolvimento através da industrialização tinha o inconveniente de estar ainda pouco instrumentalizada dos pontos de vista ideológico e analítico, espaço que seria ocupado pela teoria cepalina.

A CEPAL se tornaria a principal fonte de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Nas palavras de Bielschowsky (2000a, p.16), a atuação da CEPAL repousava em um "corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana," baseada na compreensão de uma relação dicotômica entre centro e periferia, na análise dos graus de inserção internacional e em dados estruturais internos, como os níveis de crescimento e de desemprego, além do levantamento das necessidades e planejamento das possibilidades de ação estatal. A teoria desenvolvimentista da CEPAL sugeria que a condição de subdesenvolvimento só poderia ser superada pela mudança do modelo econômico vigente, o que implicava na defesa da industrialização –

¹ Outros órgãos foram estruturados no período com o propósito de promover ensino, pesquisa, e assessoria nas áreas de habitação e urbanismo, destacando-se o *Centro Interamericano de Vivienda e Planeamiento* (CINVA), organizado pela OEA em 1952, e a *Sociedad Interamericana de Planificación* (SIAP), criada em 1958 a partir da unificação de associações de planejamento de vários países do continente.

baseada no modelo de "substituição das importações" – e, como premissa, na defesa da intervenção estatal.

No debate sobre a oposição entre países do centro e da periferia estava o argumento de que as estruturas internas subdesenvolvidas determinavam um "padrão específico de inserção na economia mundial, como 'periferia' da mesma", ao mesmo tempo, em que se propunha que a estrutura socioeconômica periférica sugeria "um modo particular de industrializar, introduzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda" (BIELSCHOWSKY, 2000a, p.21-22). Nesse contraste destacavam-se as interdependências entre centro e periferia, propondo-se, desde o início, que a produção dos produtos primários, exportados pelas economias subdesenvolvidas, não contava com o mesmo nível de progresso técnico dos produtos industriais, importados por essas economias dos países "centrais", o que implicava no barateamento dos primeiros com relação aos segundos.

As análises de dados estruturais internos, como os níveis de crescimento e de desemprego, indicavam a baixa produtividade em todos os setores e um grande excedente de mão de obra, e demonstravam que não havia poupança suficiente nos países latino-americanos para gerar todos os investimentos que a industrialização exigia. "A ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida." (BIELSCHOWSKY, 2000a, p.35).

A reversão deste quadro [de subdesenvolvimento] não vem espontaneamente, deve ser *construída*, exige ação, determinação, vontade e – em suas versões mais maduras – *planejamento*. Só através do Estado, como instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política, isto pode ser conseguido. [...] (FONSECA, 2012, p. 23, em itálico no original)

O "planejamento" seria o conceito-chave que atribuiria consistência e sistematicidade às proposições políticas da CEPAL nos anos 1950. Assim, foi elaborada uma série de documentos com orientações quanto ao modo de realizar esse planejamento. No início dos anos 1960 seria criado o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que teria papel importante na formação de quadros técnicos governamentais na região.

O desenvolvimentismo no Brasil é largamente associado às práticas econômicas e sociais implementadas pelos governos pós-1945. Vários autores, porém, lidam com a ideia da implantação, se não do próprio desenvolvimentismo, mas de suas origens, a partir de 1930, com a tomada do poder por Vargas. Interessa-nos aprofundar a demarcação do período 1930-1964 como Era Vargas, perdurando componentes estruturais do projeto nacional por ele inaugurado (AUTOR 2, 2015). Para essa demarcação, abraçamos duas abordagens consistentes para a análise do desenvolvimentismo: a de Fonseca (2012), que trabalha com o conceito de desenvolvimentismo a partir da defesa de três componentes estruturais: (a) industrialização, (b) intervencionismo pró-crescimento e (c) nacionalismo; e a de Bielschowsky

(2000b, p.7), que o entende na chave da ideologia de um projeto econômico transformador da sociedade brasileira a partir de:

a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Não é fato surpreendente, portanto – dada a forte presença do componente da intervenção estatal nas concepções desenvolvimentistas –, que o desenvolvimentismo, tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos, não tenha apenas convivido com regimes autoritários e ditatoriais, como encontrado neles o ambiente propício para sua afirmação. Para Fonseca (2012) as condições para o desenvolvimentismo estavam dadas no Brasil desde a Era Vargas², configurando

o embrião de nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu *desenvolvimento*. Esta palavra gradualmente substitui o *progresso*, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história [...]. (FONSECA, 2012, p.45)

1.2. As origens do desenvolvimentismo no Brasil

As três dimensões de análise de Furtado (1977) sobre as transformações estruturais na sociedade brasileira a partir de 1890 – na base econômica, na estrutura social e na política – estão totalmente imbricadas e nos guiam para a compreensão do período que trabalhamos. Desde aquele momento, da vigência do poder das oligarquias agrárias, até 1930, as bases da economia nacional se transformam para dar lugar a um crescente processo de industrialização. Furtado compreende tal processo associado ao da urbanização, sua consequência e, ao mesmo tempo, seu elemento de aceleração. Tal compreensão corrobora a ideia de que a crise mundial de 1929, afetando a economia brasileira no seu setor de relações externas, é oportuna para a criação de condições de intensificação da industrialização, relativas às transformações na dimensão social, sobretudo o rápido crescimento populacional das maiores cidades do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, para citar algumas –, vinculado ao fenômeno dos deslocamentos populacionais das áreas rurais promovidos, por um lado, pelos fatores de expulsão que as transformações da estrutura rural exerceram sobre a população, como a

² Fonseca (2012) defende, inclusive, que as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo aparecem associadas já no governo de Vargas no Rio Grande do Sul.

substituição do escravo pelo imigrante, e, por outro, pelo desenvolvimento da base industrial urbana.

As estruturas sociais vão sofrendo transformações implicadas no processo de urbanização: “à primeira urbanização acarretada pela economia de exportação, com sua predominância de grupos de classes médias e empregados de serviços [até 1930], se sobreporia uma segunda de base industrial, com forte conteúdo de classe operária [após 1930]”, levando à intensificação da urbanização de base industrial, a partir de 1940, com “intenso crescimento demográfico como variável autônoma”, e com a manutenção das dificuldades de acesso à terra e das técnicas rudimentares agrícolas nas grandes propriedades agrário-agrícolas. (FURTADO, 1977, p.9)

Na base social e política ocorria um conflito estrutural no qual as oligarquias, buscando conservar o monopólio do poder, se opunham aos grupos médios urbanos, ao mesmo tempo em que cresce a importância do operariado urbano. Na intensificação da urbanização do período – que ainda assistirá a índices mais elevados posteriormente – os novos agentes sociais (proletariado e classe média urbana) informam uma premência de incorporação ao processo político, que ocorreria, justamente, com a construção de um Estado Nacional que vai reunindo lentamente forças para impor um quadro de intervenções nos processos econômicos e sociais, orientado pela constatação da “inexistência, até à época da industrialização, de uma autêntica interdependência econômica entre as distintas regiões do País.” (FURTADO, 1977, p.3)

As profundas transformações advindas do sucesso da revolução de 1930, devem ser entendidas no quadro do aprofundamento da inserção do Brasil no modo de produção capitalista, ou ainda na própria expansão do sistema, como é a tese de Oliveira na década de 1970³ (OLIVEIRA, 2003), ao considerar a revolução varguista como “burguesa”.

É já um consenso entre os estudiosos da história brasileira, que a Revolução de 1930 foi a “revolução burguesa”; que ela tenha partido e se viabilizado pela ruptura do pacto oligárquico, exatamente tendo como centros deflagradores e seus agentes principais as oligarquias da “região” Extremo-Sul – Rio Grande do Sul -, de Minas Gerais, uma periferia da “região” do café, e de oligarquias de Estados como a Paraíba e Pernambuco, indica apenas que os interesses econômicos dessas “regiões” e sua expansão viam-se sistematicamente coartados pela política econômica do café, cujo valor se realizava externamente, em contraposição à produção de valor das outras “regiões”, cuja realização era de caráter interno. (OLIVEIRA, 1977, p.63)

Para Oliveira (2003), no Brasil o suporte do populismo, como “forma política da revolução burguesa”, é “uma das *especificidades particulares* da expansão do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p.63, em itálico no original), conferindo diferenças importantes com o que seria uma revolução burguesa “clássica”, em que o sistema se romperia totalmente, em toda a estrutura econômica e social. Para o Brasil, não houve rupturas totais do sistema, mas, sim,

³ Em 1972, na publicação original de “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, republicada com o capítulo final “O Ornitorrinco” em 2003 (edição que utilizamos para este artigo).

uma transformação nas estruturas sociais e econômicas com mudança de domínio das propriedades do âmbito rural para o âmbito urbano, ou seja, dos proprietários rurais para os burgueses industriais. Estes, com adensamento no estado de São Paulo (e, particularmente, no município de São Paulo já desde 1870), conformariam um longo ciclo de industrialização no capitalismo brasileiro.

A industrialização se torna, após 1930, "setor-chave para o sistema" (OLIVEIRA, 2003, p.30), entendida como forma de expansão do modo de produção capitalista e componente da geração de um modelo de crescimento "desigual e combinado", em que a desigualdade com que entram os países da América Latina na corrida desenvolvimentista segue os interesses dos países capitalistas do centro do sistema.

A adesão a um novo modelo de acumulação, diverso dos moldes da economia agrário-exportadora da "república velha", conforma um quadro que pode ser explicado, segundo Oliveira (2003), a partir de 3 aspectos:

1) a regulamentação dos fatores de oferta e demanda do conjunto da economia, com particular interesse na regulação entre o capital e o trabalho e no modo como as leis trabalhistas, que serão consolidadas sob a liderança de Getúlio Vargas, respondem a esse fator;

2) "a intervenção do Estado na esfera econômica" com "caráter planificador", viabilizando a "emergência e ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek" (OLIVEIRA, 2003, p.40). Aqui Oliveira menciona a criação de Volta Redonda, que, como veremos adiante, articula os componentes de planejamento econômico e urbanístico;

3) o papel da agricultura, defendendo que foi "a partir da constituição de uma força de trabalho operária urbana que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação" (OLIVEIRA, 2003, p.46)⁴. Defendendo intensamente que o processo de "substituição de importações" na formação do setor industrial está vinculado às necessidades da acumulação e não às do consumo, Oliveira destaca que chegou-se ao governo Kubitschek com os produtos nacionais apresentando preços mais elevados do que os fabricados fora do país (por exemplo, o automóvel), com clara compreensão de que o preço atende à produção e não ao consumo.

Oliveira (2003) ainda indica o fundamental papel das cidades para a economia industrial e de serviços, expondo uma importante característica da urbanização no período que estudamos:

o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da

⁴ O papel da agricultura na expansão do sistema tem lugar de destaque na reflexão de Oliveira, ensejando o dinamismo do processo ao lembrar que apenas em 1956 a indústria constará nos dados oficiais superando a agricultura enquanto renda setorial de produção. (OLIVEIRA, 2003, p.35)

indústria ou do setor Secundário como um todo não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. Esse fato levou uma boa parcela dos sociólogos, no Brasil e na América Latina, a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização. (OLIVEIRA, 2003, pp. 58-59)

Faoro (2001) analisa esse aspecto da acumulação, qual seja o do suporte urbano para o pleno desenvolvimento das bases industriais, requisito do capitalismo plenamente suprido pelo Estado pós-1930, quando explicita o duplo sentido do fomento à indústria siderúrgica: por um lado, o discurso econômico que considera a siderurgia o grande problema da economia e, por outro, os objetivos nacionalistas de parte do Exército, que via na implementação da indústria siderúrgica o caminho para aumentar a capacidade de defesa nacional. Dez anos se passariam de 1931, quando se inicia a campanha nacionalista, até a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941) e a da Companhia Vale do Rio Doce (1942).

Esse é o período que, segundo Bielschowsky (2000b), corresponde à origem do desenvolvimentismo no Brasil – de 1930 a 1945 – com destaque para os anos do Estado Novo (1937-1945), quando houve “um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante”. Esses elementos correspondem a: “a) ataque ao livre-cambismo associado à defesa do protecionismo”; “b) ataque ao liberalismo, associado à solicitação de intervenção do governo em apoio geral à indústria [...], à proteção alfandegária [...] ao apoio creditício e isenções fiscais e tarifárias”; e “c) associação entre indústria e ‘prosperidade’ ou ‘progresso’ do país”. (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 248-249)

O período 1930-1945 como de “origem do desenvolvimentismo” reúne “quatro elementos ideológicos” relacionados por Bielschowsky:

- a) Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais [...]
- b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida... (BIELSCHOWSKY, 2000b, p.250-251)

O terceiro elemento ideológico é particularmente interessante para a nossa reflexão, pois guarda consistência com a imposição da ideia de planejamento em função das consequências da crise internacional que desestrutura a economia nacional. Essa ideia de planejamento se propaga de forma concomitante à construção da ideia de que o Estado é o grande agente que pode resguardar os interesses coletivos nacionais, ao mesmo tempo em que tem a capacidade de promover a unificação nacional. (BIELSCHOWSKY, 2000b, p.251)

O quarto elemento ideológico relacionado por Bielschowsky trata do nacionalismo econômico que toma uma dimensão completamente nova, tanto do ponto de vista do

desenvolvimento do anti-imperialismo quanto da defesa das barreiras aduaneiras e da necessidade de controle do Estado sobre os recursos naturais.

A estrutura institucional vinculada ao planejamento nesse período de origens do desenvolvimentismo demonstra a importância que a ele foi atribuída: DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público (1938); CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior (1934); CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937); CME – Coordenação de Mobilização Econômica (1942); CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944); CPE – Comissão de Planejamento Econômico (1944). Vale o registro dos órgãos de planejamento vinculados diretamente à indústria, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Águas e Energia (1939) e o Conselho Nacional do Petróleo (1940). (BIELSCHOWSKY, 2000b) O projeto nacional articulava assim diferentes campos de domínio, inclusive sobre os recursos naturais, tomando-os como recursos para o desenvolvimento.

O período entre 1945 e 1955, ano da eleição de Kubitschek, é considerado por Bielschowsky (2000b, p.247) como “amadurecimento do desenvolvimentismo”. De 1956, ano do concurso de Brasília, a 1964, o autor trabalha com dois subperíodos: o auge do desenvolvimentismo, de 1956-60, ano da inauguração da nova capital e os anos seguintes até 1964, considerados como de crise. É interessante essa divisão uma vez que encontramos em Gorelik (1999; 2005b) a ideia de que Brasília teria representado o auge de um projeto de modernização, conforme se verá na parte 2 deste trabalho.

2. Os desdobramentos do desenvolvimentismo nas práticas urbanísticas

2.1. O desenvolvimentismo no planejamento da “cidade-latino-americana”

O processo de urbanização na América Latina, especialmente após os processos de independência, revela uma estreita ligação entre o plano técnico e o plano decisório ou político, não apenas expondo a grande relevância do papel das elites na construção urbana, dado que teria sido sua opção a utilização de teorias e práticas estrangeiras, como também introduzindo a compreensão de que o planejamento urbano na região pressupõe a figura do Estado. A proposição reforça a ideia de que o trabalho dos arquitetos, engenheiros e urbanistas pressupunha o Estado não apenas como viabilizador de projetos, mas como agente em um trabalho conjunto em prol do atendimento das necessidades sociais e da modernização, incluindo o planejamento urbano.

O percurso realizado por Gorelik (1999), descrevendo a partir de meados do século XIX três momentos de urbanização e de práticas urbanísticas em que o progresso ou a expansão estariam em seu máximo desdobramento na América Latina, nos ajuda a compreender a evolução das práticas de planejamento nas principais cidades latino-

americanas desde finais do século XIX até a década de 1960, em função da relação entre os planos técnico e político na determinação de como e quando este planejamento ocorre.

O primeiro dos três momentos descritos por Gorelik (1999), entre o final do século XIX e início do século XX, sugere que os Estados liberais latino-americanos realizam uma “modernização conservadora” ao reagirem contra o crescimento espontâneo das cidades, entendido como precursor de desordem e destruição das estruturas sociais, protagonizando obras urbanísticas como o parque público, o bulevar circular e o traçado ortogonal dos novos loteamentos, que, por um lado, continham o crescimento desorganizado e, por outro, conformavam um novo espaço urbano e um novo tipo de expansão.

Um novo conjunto de proposições em torno do planejamento de cidades toma corpo a partir do momento em que a agenda urbana latino-americana se propõe a enfrentar as questões sanitárias e habitacionais que assolavam os antigos centros. Entre 1900 e 1930 as cidades se estenderam com maior rapidez que os serviços públicos de infraestrutura e se reproduziram nos grandes centros formas comuns de moradia popular urbana como casas de cômodos, cortiços e loteamentos periféricos. Dado o acelerado processo de urbanização, rapidamente é percebida a necessidade de se planejar a expansão urbana, especialmente das cidades de maior crescimento.

As questões urbanas foram evidenciadas naquele período a partir da interlocução de profissionais envolvidos com o projeto da habitação e o planejamento urbano em âmbito latino-americano ou, ainda, pan-americano. Esse debate se manifesta especialmente na realização de encontros e seminários, entre os quais merecem referência os *Congresos Panamericanos de Arquitectos* (CPAs), que, organizados por um grupo de arquitetos uruguaios, se configuram como primeiro espaço de discussão para os profissionais latino-americanos. Entre as resoluções do primeiro CPA, realizado em 1920, destaca-se a proposição de um papel ativo do Estado com relação à produção da habitação, bem como a recomendação de que esta se realizasse através de edificações coletivas próximas aos locais de trabalho e centros urbanos. (ATIQUÉ, 2005)

Nesse quadro, conforma-se o “Estado nacionalista benfeitor que surge da reorganização capitalista pós-crise” (GORELIK, 1999, p.65) e dá condições à atuação de um conjunto de técnicos com tais concepções, considerados vanguarda, que, entretanto, não assume a posição destrutiva definida pelo caso europeu, mas, ao contrário, tem a tarefa de construir junto com o Estado o futuro da sociedade, economia e cultura nacionais. O “momento das vanguardas” (GORELIK, 1999) é de suma importância para se compreender a concretização do campo de atuação compartilhado pelos planos político e técnico. A noção de proximidade entre Estado e vanguarda arquitetônica e urbanística na América Latina é explorada por Gorelik (2005b), quando menciona, inclusive, a incongruência de se pensar esta aproximação:

[...] a inclusão na história da arquitetura do autor-chave da modernização – o Estado – negado sempre pelo discurso tradicional da crítica de arquitetura – o discurso

modernista – obrigava a reformular uma quantidade de questões dessa mesma história. Começando pela própria categoria de vanguarda, já que não apenas teria que lidar com a ideia tão pouco vanguardista de uma 'vanguarda oficial', mas também com a evidência de seu papel construtivo, *en pendant* com o do próprio Estado. (GORELIK, 2005b, p. 10)

Na América Latina, assim, todo um conjunto de postulados que define classicamente a vanguarda é questionado: a negatividade, o caráter destrutivo, o combate à instituição, a destruição da tradição, o internacionalismo.⁵ A vanguarda arquitetônica apresentará o agente fundamental para a atuação vanguardista na América Latina: "o Estado [...]. Por meio da arquitetura, vanguarda e Estado confluem na necessidade de construir uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais". (GORELIK, 2005b, p.15-16)

Gorelik (2005b, p.26-27) destaca que o modernismo foi mais expressivo justamente nos países em que as obras foram "auspiciadas, financiadas ou diretamente empreendidas pelo Estado". Não que não existisse arquitetura moderna em obras privadas, mas "a definição simbólica desse modernismo foi desempenhada e resolvida pela arquitetura estatal" e, assim, o Estado aparece como agente e não mero cenário ou viabilizador de projetos.

Trata-se de uma vinculação mais ampla em que arquitetura (como instituição) e Estado (como agente estrutural da modernização) compartilham interesses e objetivos: os modernismos arquitetônicos foram postulados como instrumentos privilegiados da tarefa estatal por excelência, a representação da modernidade nacional. Isso é o que ofereceram ao Estado, ou isso foi o que o Estado encontrou ou convocou nelas; melhor, esse foi o território comum no qual se constituíram mutuamente. (GORELIK, 2005b, p.29)

Gorelik (2005b) conclui que uma lógica comum define a vanguarda na América Latina: a vontade de construção *ex-novo*: "a história cultural latino-americana é uma história de cidades: a América Latina explica-se nessa vontade de construção de uma nova realidade, diferente da existente". A vanguarda arquitetônica oferecerá o "Plano" ao conjunto da vanguarda, como modo de configurar o mundo moderno que ela idealizava.

A ambição mais profunda da arquitetura moderna ratifica não só a visão da cidade americana como produto genuíno da modernidade, mas sobretudo como máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la. Porque na América Latina a cidade como conceito, foi pensada como instrumento para se chegar a outra sociedade, precisamente uma sociedade moderna. O que significa é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para se chegar ao desenvolvimento, não sua

⁵ Essa revisão da ideia de vanguarda a partir da arquitetura, e sua construtividade, dá sentido ao conceito na América Latina, afirma Gorelik (2005b), sendo possível pensar nas vanguardas latino-americanas como membros da família das vanguardas históricas. Jorge Francisco Liernur critica o uso do termo "arquitetura nacional" que internacionalmente se deu a arquiteturas modernas como a brasileira e a mexicana, porque ao mesmo tempo em que não podiam ser ignoradas, não podiam ser incorporadas ao modernismo internacional, pois negavam premissas estruturantes daquele movimento, colocando em risco sua identidade. A partir da revisão da noção de vanguarda sob uma perspectiva latino-americana torna-se possível, portanto observar sob novas chaves as arquiteturas desenvolvidas no continente dentro do conjunto da Arquitetura Moderna.

consequência: **a modernidade impôs-se como parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado.** (GORELIK, 2005b, p.49, grifo nosso)

A partir da década de 1950 a cidade modernizada, criteriosamente planejada, é vista como caminho que conduziria os países latino-americanos a uma sociedade moderna e desenvolvida. As teorias desenvolvimentistas situavam-se em âmbito econômico, não havendo qualquer indicativo específico quanto ao desenvolvimento urbano, porém a "cidade latino-americana" é aos poucos compreendida como o *locus* do desenvolvimento, associando-se a modernização urbana às transformações sociais que se desejava.

Neste terceiro momento descrito por Gorelik (1999), o "momento desenvolvimentista", (1950 e 1970) "a 'cidade latino-americana' não somente existiu, mas funcionou como uma verdadeira bomba de sucção para uma série de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano" (GORELIK, 2005a, p.115). A "cidade latino-americana" se torna objeto de estudos entre os profissionais do mundo ocidental como local a ser projetado e planejado,

onde poderia ser levada adiante uma verdadeira modernização [...]. Era preciso apenas relevar os problemas e formular as perguntas, capacitar os técnicos e estudar as respostas apropriadas, para assentar sobre essa base sólida – científica – os planos com os quais os governos esperavam atuar. (GORELIK, 2005a, p. 118)

São valorizados os estudos comparativos baseados em índices de desenvolvimento econômico e urbanização, entre outros, estabelecendo-se o que o Gorelik denomina "ciclo de estudos sobre o processo de urbanização",

que focalizavam uma análise da modernização em termos econômicos e demográficos, e que converteram a 'cidade latino-americana' em uma figura da teoria social entre as décadas de 1950 e 1970, com forte domínio da tensão operacional exercida pelo império do planejamento [ou da planificação]. [...] Sob o signo da planificação, então, se estruturou o principal núcleo do campo de estudos urbanos na região, que pensava cada cidade como "caso" de uma "urbanização latino-americana", cujas características eram procuradas naqueles dados sociodemográficos e na definição de uma "estrutura interna" capaz, através do exercício comparativo, de oferecer uma tipologia generalizável. (GORELIK, 2011, p.4,5, tradução nossa)

Esperava-se através do plano evitar e eliminar os problemas sentidos pelos países europeus e Estados Unidos desde o pós-guerra. É possível afirmar que o Estado assume o papel de vanguarda no controle da modernização, numa tentativa de recuperar esta função perdida pelas demais sociedades dos países ocidentais, entendendo a cidade como criadora de uma sociedade moderna e desenvolvida. A construção de Brasília é para Gorelik (1999; 2005b) o grande empreendimento urbano do período, constituindo-se elemento simbólico do momento desenvolvimentista:

Nunca antes a modernidade urbana presidiu de tal modo – de modo tão ideológico e prescritivo – a modernização. E nunca antes o Estado havia assumido de modo tão completo o conjunto das tarefas culturais para produzir a transformação social: se no fim do século XIX encontramos um Estado que entronca no ciclo expansivo apesar de si mesmo (a modernidade aparecia ali como figura de ordem que devia controlar a modernização); e se nos anos trinta a entente vanguarda/Estado se produz nos fatos (a modernidade vanguardista como construtora de identidade para conduzir a uma modernização nacional empreendida pelo Estado); no desenvolvimentismo, o Estado vai reunir toda a tradição construtiva, incorporando em seu seio a pulsão vanguardista: o Estado se torna institucionalmente vanguarda moderna e a cidade, sua picareta modernizadora. (GORELIK, 1999, p.67)

É importante mencionar que a vanguarda arquitetônica segue neste período em sintonia com as ações do Estado, ambas trabalhando juntas, como agentes na produção da cidade moderna e desenvolvida.

A mística construtiva com que se autorepresentava esse momento histórico [...] outorgava um papel destacadíssimo ao Estado, porém dentro dele a seus técnicos, como sua vanguarda. E no imaginário desenvolvimentista, arquitetura e urbanismo, através justamente através do planejamento, geraram os epítomes do perfil do técnico moderno comprometido; por isso, entre outras coisas, os escritórios mais variados de planejamento do governo na região foram preenchidos nesses anos por jovens arquitetos [...]. (GORELIK, 1999, p.69)

2.2. O desenvolvimentismo nas práticas urbanísticas no Brasil entre 1930 e 1945

À proposta de desenvolvimento industrial após 1930 se alia no Brasil – bem como em outras nações latino-americanas – um forte sentimento nacionalista que “implicava no desejo de independência política e econômica das potências internacionais, ao mesmo tempo em que se buscava uma atualização com a vanguarda internacional” (MARTINS, 1987, p.120). A articulação entre industrialização e nacionalismo em função do ideal de confirmação de uma nação forte e unificada, moderna e industrializada, fundamental para a conceituação de desenvolvimentismo que exploramos na primeira parte deste artigo, se refletiu, entre outros fatos, nas práticas urbanísticas, levando ao projeto e implantação de cidades vinculadas à expansão do território em direção ao interior e à construção de indústrias estatais, e em reformas em antigos centros urbanos.

No planejamento urbano realizado no Brasil no período confirmam-se as referências a práticas urbanísticas internacionais como forma de demonstrar a modernidade que se desejava para a nação, mas, sobretudo, revelam-se soluções de profissionais envolvidos no projeto modernizador, que, se não chegou a ser plenamente implantado, configurou um quadro singular de propostas. Entre os “técnicos modernos comprometidos” com a proposta de Nação empreendida pelo Estado varguista merece referência o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa

Lima, que se destaca entre os profissionais de sua geração por seu trabalho como urbanista. Sua formação na Escola de Belas Artes, em 1925, foi acrescida de um curso de pós-graduação em Urbanismo no *Institut d'Urbanisme de L'Université* de Paris, criado pela *Société Française des Urbanistes*, de Alfred Agache - em cujo escritório Corrêa Lima estagiou no momento em que este desenvolvia seu Plano para a cidade do Rio de Janeiro entre 1927 e 1930. (CAMPOS, 2002). Cabe aqui mencionar que o Plano Agache, embora não concretizado devido ao Golpe de 1930, resultando em algumas poucas realizações, tem sua importância no fato de ter aberto a discussão sobre conceitos que estariam presentes nos planos urbanísticos dali por diante, como a questão da circulação e do zoneamento, conforme se discutirá nos casos apresentados a seguir.

Destaca-se entre as práticas urbanísticas no período a proposta de ocupação do interior do país, já conhecido até certo ponto, mas ainda pouco urbanizado, como mote para a criação de novas cidades, superando sua fragmentação do território e a da população, proposta ideologicamente defendida na campanha da "marcha para o oeste". Note-se que ainda não se configurava à época, segundo Campos (2002), uma intensa defesa da cidade como lugar do desenvolvimento.

Um conjunto de medidas que objetiva expandir o setor de bens de produção, criando condições "para a expansão e diversificação da indústria nacional" implicaria na construção de empresas estatais voltadas a setores estratégicos como a siderurgia, a exploração mineral e a mecânica. Como tratavam-se de grandes empresas situadas em áreas rurais ou junto a pequenas aglomerações essa política também deu origem a uma ação estatal voltada à criação de núcleos urbanos destinados a sediá-las e a abrigar seus funcionários. (CORREIA, 2001, p.775)

A ideia de uma nova capital na região Centro-Oeste figurava em meio à proposta de integração e desenvolvimento nacional. O plano urbano para a cidade de Goiânia, elaborado por Attilio Corrêa Lima em 1934, dava início a "um conjunto de projetos de cidades novas, com traçados, arquiteturas e concepções de modos de vida social marcados por formulações teóricas e realizações no quadro das propostas urbanísticas modernas" (ANDRADE, 2000, s/p), demarcando um espaço para a atuação das vanguardas arquitetônicas e urbanísticas.

O zoneamento urbano se destaca no Plano de Goiânia (Figura 01). A área central contava com um centro administrativo e um centro comercial, embora ambos fossem localizados em áreas separadas; a zona residencial se dividia em duas seções principais, urbana e suburbana, ambas deslocadas do centro, propiciando a menor circulação de veículos junto às moradias; uma área industrial ficava na parte mais baixa da cidade por onde passaria uma ferrovia; todo o território fora do âmbito urbano e suburbano, portanto rural, era destinado à agricultura. (CORRÊA LIMA, 1963a)

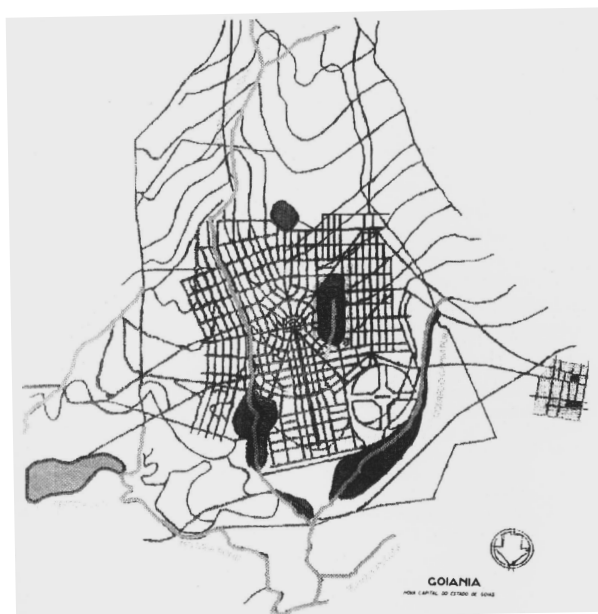


Figura 01 – Esboço do plano de Goiânia elaborado por Attílio Corrêa Lima.

Fonte: *Arquitetura e Urbanismo*, ano 2, jan./fev. 1937 apud MANSO, Celina F. A. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar*. Goiânia: Edição do autor, 2001, p. 89.

Outro ponto de destaque deste projeto é preocupação com a circulação, evidenciada pela proposição de um conjunto de anéis viários concêntricos ao redor da praça central, onde se dispunham os edifícios oficiais, de modo a rarefazer o intenso tráfego de veículos e pessoas na região. A estes anéis ligavam-se as principais avenidas da cidade, entre as quais um eixo cívico monumental em que se pode notar a referência ao projeto de L'Enfant para *The Mall* de Washington. Este eixo era cortado por outra importante via que por sua vez se interligava a uma autoestrada, evidenciando a preocupação com a circulação interurbana.

É na conjuntura do final do Estado Novo, com forte apelo pela industrialização nacional, que se dá a implantação de uma série de indústrias de base no país, dentre elas, a CSN, construída a partir de 1942 no estado do Rio de Janeiro junto ao distrito de Santo Antonio de Volta Redonda. Volta Redonda se converteria, segundo Correia (2001, p.774) "em símbolo do esforço nacional para superar o 'atraso' do país, através da busca de uma organização modelar da produção, do cotidiano, do espaço urbano e de uma nova relação entre capital e trabalho". Para abrigar os funcionários da empresa se decidiu implantar uma cidade nova, planejada para servir à Usina e, em 1941, Attílio Corrêa Lima é contratado para realizar o Plano Urbanístico para a Cidade Operária de Volta Redonda. Seu plano geral, em que indicava o traçado urbano, a classificação e uso dos espaços e a disposição dos edifícios, seria posteriormente detalhado, conforme as disposições da empresa. (Figura 02)

O núcleo fabril deveria contar inicialmente com 4 mil residências, abrigando cerca de 20 mil operários, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários. Neste plano também se verifica um rígido zoneamento funcional: "a área industrial isolava-se da cidade, dispondo-se do lado oposto de uma rodovia e de uma ferrovia. A área urbana cercada de verde compunha-

se de três bairros residenciais e um centro cívico, comercial e administrativo" (CORREIA, 2001, p.776). A questão da circulação é representada pelo traçado de largas avenidas que funcionam como eixos que orientam e organizam o espaço, associadas a vias peatonais que descrevem percursos em meio a um grande plano verde para acesso às casas e a outros locais de interesse.

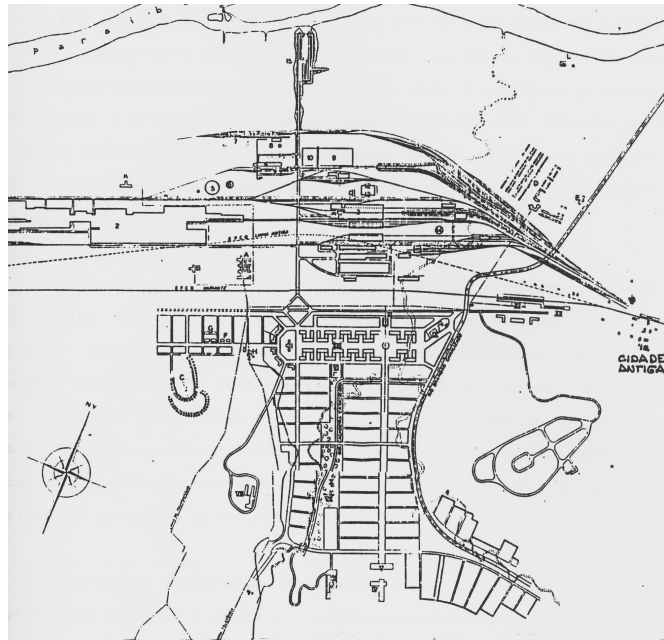


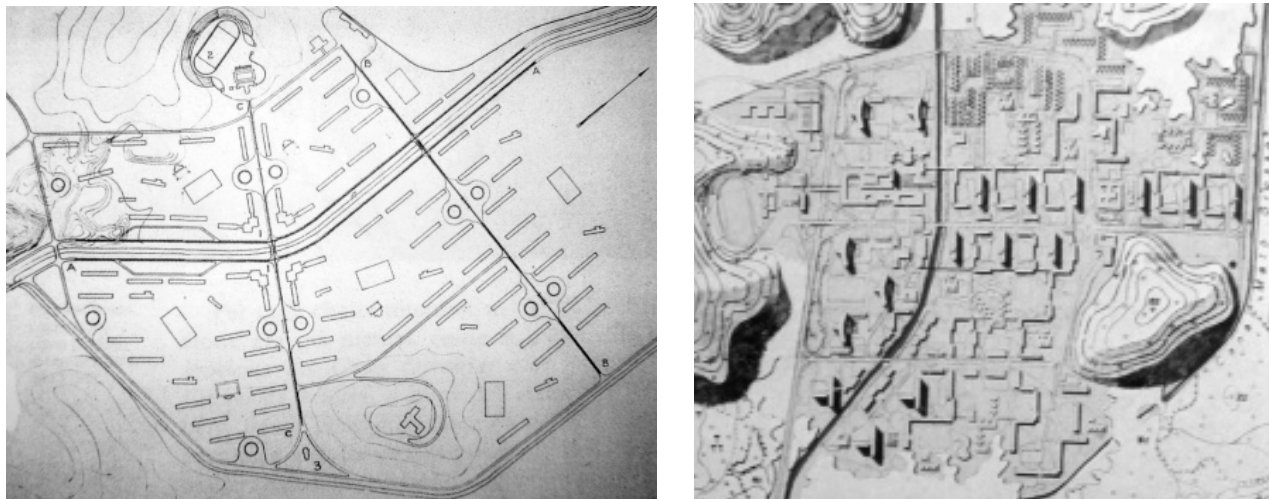
Figura 02 - Plano Geral da Usina e da Vila Operária de Volta Redonda - Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, 1941, fragmento.

Fonte: LOPES, Alberto C. *A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: UFRJ: Instituto de Geociências, 1993, p.85.

Os bairros residenciais reproduziram a hierarquia da empresa: nas terras mais altas, as melhores casas, destinadas aos trabalhadores mais bem remunerados, seguindo-se lógica semelhante na ocupação das terras mais baixas. "O rebatimento da organização fabril ao espaço urbano marcava a subordinação da cidade à atividade produtiva, em busca de uma eficácia mais ampla – a construção do 'homem novo', o cidadão trabalhador brasileiro [...]" (CALIFE, 2005, p.8)

O Estado adquire uma área no estado do Rio de Janeiro onde seriam construídas outras três unidades industriais: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Fábrica Nacional de Tratores e a Fábrica Nacional de Aviação de Transporte. Em 1943, Attilio Corrêa Lima é convidado a elaborar um parecer no qual discutiria o planejamento para a Cidade Operária da FNM, indicando as diretrizes gerais orientadoras do plano (Figura 03). Seu falecimento no mesmo ano impossibilitaria a conclusão do projeto, o que, contudo, "não reduz a importância de seu parecer preliminar, enquanto um esforço de traduzir no âmbito do discurso e das proposições do Movimento Moderno sobre a cidade e a moradia, a já então centenária prática de construção de vilas operárias e núcleos fabris por indústrias" (CORREIA, 1999, p.3). A

continuação do projeto para a Cidade dos Motores seria executada pelos arquitetos Paul Lester Wiener e Josep Lluís Sert da *Town Plannings Associates* (TPA), o que, somado ao auxílio financeiro dos EUA, se configurava como mais um instrumento entre os artifícios utilizados por esse país para a aproximação sistemática com o Brasil e a América Latina (Figura 04).



Figuras 03 e 04 - Cidade dos Motores: proposta inicial de implantação atribuída a Atílio C. Lima e recorte da proposta definitiva de implantação da TPA, mostrando as zonas habitacional e cívica/recreacional.

Fontes: ROVIRA, Josep et al. *Sert 1928-1979. Half a century of architecture. Complete Work*. Barcelona: Fundación Juan Miró, 2005. p.121; *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, set. 1947, p. 100.

As questões do zoneamento e da circulação estavam também colocadas no plano de Sert e Lester para a Cidade dos Motores, elaborado em 1945. O plano apontava a divisão da cidade em três zonas distintas: a zona residencial, a zona cívica e de recreação, e a zona industrial. A disposição das distintas zonas subordinava-se à possibilidade de locomoção a pé de uma zona para outra, sendo estimada uma distância de 500m entre cada uma. Uma grande novidade deste projeto é a associação das zonas residenciais a unidades de vizinhança, que abrigariam de seis a sete mil habitantes e contariam com serviços como escola, comércios e lavanderias, sendo os blocos de apartamentos dispostos em meio a áreas verdes.

O plano apresentava clara hierarquia viária que compreendia: uma via arterial que contornava a cidade, sem atravessá-la, uma via central que definiria o principal eixo da cidade a partir do qual se estruturavam o centro cívico e as unidades de vizinhança, vias locais de acesso às unidades de vizinhança que delimitariam seu tamanho e desenho e, no interior destas, vias peatonais que compunham uma rede diagonal com relação às avenidas que permeava todo o plano urbano.

As empresas estatais e as cidades operárias projetadas junto a elas associavam-se, assim, às principais preocupações do governo varguista, a construção de um novo homem – o cidadão trabalhador brasileiro – e de um novo país. "Volta Redonda foi um dos símbolos mais

poderosos da política de industrialização e do pacto populista entre o Estado e a classe trabalhadora proposto pelo governo Vargas." (CORREIA, 2001, p.775)

Embora não entendido como agente político, ao trabalhador é dispensada uma atenção inexistente nos governos anteriores em face da reorganização estatal, cuja legitimidade dependia também das classes populares, que deveriam ser incorporadas de tal modo que reforçassem o projeto de desenvolvimento e modernização. Dentre as primeiras decisões de Vargas nesse sentido está a criação, ainda em 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que seriam instrumentos para a formação do novo cidadão-trabalhador brasileiro e, em 1932, da carteira profissional obrigatória. O Estado define ainda as organizações que poderiam representar os trabalhadores através de uma estrutura legal formalizada, baseada em três subestruturas fundamentais: os sindicatos, os tribunais trabalhistas e o sistema de previdência social, reorganizado pela concepção dos IAPs.

A conscientização do papel da classe trabalhadora implicaria uma série de reformas sociais, entre as quais estava a garantia à habitação, compreendida a partir de então – especialmente através da articulação entre profissionais de arquitetura, engenharia e urbanismo – como questão a ser enfrentada pelo Estado. Em 1933 se inicia a produção de habitação social no Brasil através da ação dos IAPs, órgãos cuja função principal de garantir direitos previdenciários foi complementada pelo oferecimento de outros benefícios sociais aos trabalhadores, permitindo a aplicação de seus recursos na construção de moradias aos trabalhadores associados. Boa parte da produção habitacional dos IAPs se caracterizou pela associação da moradia a equipamentos e serviços coletivos e áreas verdes. A qualidade projetual e construtiva desses empreendimentos, que muitas vezes era caracterizada pela padronização – incentivando a indústria de materiais de construção – associada à sua localização no espaço urbano garantiam qualidade de vida, representando ascensão social aos moradores. Tais características revelavam uma vinculação ao ideário moderno, segundo o qual no alojamento se realizava a função social da arquitetura. (AUTOR 1, 2013)

Merece referência, como exemplo de projeto habitacional promovido pelos IAPs na cidade de São Paulo, o Conjunto Residencial da Várzea do Carmo. Projetado entre 1938 e 1942 por uma equipe de profissionais (Hélio Lage Uchoa Cavalcanti, José Teodulo da Silva, Alberto de Mello Flores) liderada por Atílio Corrêa Lima, este conjunto do IAPI seria parcialmente construído, porém seu projeto integral é revelador das preocupações desses profissionais quanto à temática habitacional. A área do conjunto, muito próxima do centro de São Paulo e, ao mesmo tempo, bastante próxima de bairros populares, indicou um caráter de uso misto ao projeto, que compreenderia 4.038 unidades de habitação, equipamentos comunitários, salas comerciais e serviços variados, destinados tanto à população moradora quanto à população externa. O projeto previa grande densidade populacional, conseguida através da verticalização, havendo duas tipologias de edifícios laminares, com 4 e 12 pavimentos. O plano

urbanístico se aliava à concepção moderna de implantação dos edifícios em meio a grandes espaços livres, ampliados pela liberação do solo através do uso de pilotis. (Figura 05)



Figura 05 - Planta do Conjunto Residencial da Várzea do Carmo.

Fonte: *Revista Municipal de Engenharia*, n.6, vol. IX, nov. 1942, p.7.

Também no parecer para a Cidade dos Motores, Corrêa Lima defende a habitação coletiva e o modelo de cidade adotados pelos CIAM, considerações que já adotara anteriormente no projeto para a cidade de Volta Redonda. "O conceito moderno sobre o modo de alojar as massas", havia evoluído "com o desenvolvimento industrial e o progresso científico" (CORRÊA LIMA, 1963b, p.5), tão almejados pelo governo pós-revolução de 1930. Em sua argumentação em defesa da habitação moderna, Corrêa Lima demonstra-se influenciado pelas teorias da moradia em série de Walter Gropius e da disposição de edifícios junto a amplas áreas verdes, sendo ainda tratada no parecer a extensão da produção padronizada da fábrica para o universo doméstico. Assim, blocos em série dispostos em parques de acesso comunitário substituiriam a casa individual isolada no lote ajardinado.

No mesmo período, prefeituras de diversos municípios são dirigidas por engenheiros – alguns indicados pelo próprio Vargas após 1937 – que serão responsáveis por obras de modernização e expansão urbana em que se pode perceber o enfoque sobre a industrialização e a representatividade do núcleo urbano como parte da nação brasileira. O caso de São Paulo é emblemático: com população próxima a 1 milhão de habitantes em 1930, São Paulo tem à frente de sua Prefeitura desde 1930 até 1945 três engenheiros: Anhaia Mello (1930-31)⁶, Fábio Prado (1934-38) e Prestes Maia (1938-45). Os três foram responsáveis por reformas

⁶ De 06/12/1930 a 25/07/1931 e de 14/11/1931 a 04/12/1931.

urbanas de cunho modernizador que consolidaram a transição da cidade para a metrópole da década de 1950. (Figuras 06 a 08)



Figuras 06 a 08 – Prefeitos engenheiros: “Ilustração do zoneamento utilizada por Anhaia Mello”; “Construção da Avenida Nove de Julho, 1939, gestão de Fábio Prado”; “Prestes Maia apresentando o Perímetro de Radiação e *radiaes* principais”. Fontes: FELDMAN, S. *Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947-1972*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2005, p. 115; SAMPAIO, M.R.A. de (coord.). *São Paulo 1934-1938: os anos da administração de Fábio Prado*. São Paulo: USP-FAU, 1999, p. 83; TOLEDO, B. L. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

Entre as realizações de Anhaia Mello destaca-se a iniciativa pioneira de estabelecer o zoneamento de usos na cidade, uma vez que o de alturas fora criado em 1920 e reforçado pelo Código de Obras Artur Sabóia em 1929 (CAMPOS, 2002, p.475). Através do Ato nº 127, Mello propunha a regulação, o equilíbrio e a limitação do crescimento urbano, defendendo um zoneamento regulador antes de aderir a um *zoning* funcional. O zoneamento proposto baseava-se na restrição ao uso indiscriminado da propriedade, propondo para diferentes regiões da cidade padrões diferenciados de ocupação, o que rendeu a Mello a oposição do mercado imobiliário.

A prefeitura de Fábio Prado é marcada por uma série de reformas estruturais dos serviços internos da prefeitura, investimentos socio-culturais e obras urbanísticas. Através da implantação de espaços de recreação e lazer por toda a cidade, sendo projetados ao todo 53 parques, pretendia-se criar uma rede de instituições extraescolares e, ao mesmo tempo, suprir a carência de espaços verdes na cidade, sendo estes ainda importantes para a realização de pesquisas estatísticas junto à população. Durante sua gestão, tem início a implantação do Plano de Avenidas proposto por Prestes Maia em 1930, com a construção da Avenida Nove de Julho e, em 1937, é constituída a Comissão do Plano da Cidade, responsável por “organizar o plano dos melhoramentos e do desenvolvimento da cidade” (Lei n.º 3.611, de 23 de junho de 1937). Fábio Prado, porém, foi deposto com o início do Estado Novo. (CAMPOS, 2002)

Em 1938, Prestes Maia é nomeado prefeito por intercessão direta de Getúlio Vargas junto ao interventor paulista Ademar de Barros, prosseguindo à implementação do Plano de Avenidas, com a retificação do rio Tietê e a construção de inúmeras novas vias. Da

implantação do plano, que procurou garantir a melhor circulação, tanto de veículos quanto de pessoas, e a verticalização/adensamento nos lugares funcionalmente estipulados, resultou um espaço urbano esteticamente melhorado, um centro verticalizado e a consolidação do padrão de expansão periférica, “apoiado no tripé: loteamento clandestino, autoconstrução e transporte por ônibus” (LEME, 1999, p.394).

É possível verificar pelos exemplos relacionados que o ideário de modernização urbana defendido pela vanguarda arquitetônico-urbanística – expresso em preocupações como a circulação, o zoneamento das funções urbanas e a questão habitacional – e aplicado ao projeto político e intelectual da cidade latino-americana após 1945, estava presente nos planos urbanísticos e projetos de reforma urbana empreendidos a partir de 1930 no Brasil. Esperamos evidenciar com esta reflexão que, a partir de 1930, junto às origens do desenvolvimentismo no planejamento econômico, conforme explicitado a partir da leitura de Furtado, Oliveira e Bielschowsky, encontram-se as origens do desenvolvimentismo no planejamento urbano.

Referências

- ANDRADE, C.R.M. “Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil” In: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal-RN, 24-27 out. 2000. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/738>>. Acesso em 10 jan. 2013.
- ATIQUE, F. “O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940” In: *Anais do XI Encontro Nacional da Anpur*. Salvador, 23-27 maio 2005.
- AUTOR 1, 2013.
- AUTOR 2, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha” In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 4.^a ed., 2000b.
- CALIFE, M. “Volta Redonda - CSN - Um espaço dual” In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005.
- CAMPOS, C.M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CEPEDA, V.A. “Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento” In: *Revista Versões*, v. 1, pp. 49-68, 2006.
- CORRÊA LIMA, A. “Plano Diretor da Cidade de Goiânia, Campinas (GO), 10 jan. 1935” In: *Arquitetura. Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, n. 14. Rio de Janeiro, ago. 1963a. p. 10-16.

_____. "Parecer sobre o plano da Cidade Operária da F. N. M.", Rio de Janeiro, 24 ago. 1943
In: *Arquitetura. Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, n. 14. Rio de Janeiro, ago. 1963b.
p. 5-9.

CORREIA, T. de B. "O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da F.N.M. de Attilio Correia Lima" In: *3º Seminário DOCOMOMO Brasil*, São Paulo, 8 a 11 dez. 1999.
Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A1F/Telma_correia.pdf> Acesso em 26 out. 2011.

_____. "O modernismo e o núcleo fabril: o plano de Atílio Correia Lima para Volta Redonda"
In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro:
ANPUR, 2001. p. 774-784.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 3ª
edição, 2001.

FONSECA, P.C.D. "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil" In: BASTOS,
P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (orgs.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*.
São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FURTADO, C. "Da República Oligárquica ao Estado Militar" In: FURTADO, C. (org.). *Brasil:
tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2.ª edição.

GORELIK, A. "O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização" In: Miranda, W.
M.(Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.55-80.

_____. "A produção da 'cidade latino-americana'" Tradução de Fernanda Arêas Peixoto. In:
Tempo Social: revista de sociologia da USP. (São Paulo), v. 17, n. 1, 2005a. p. 111-133.

_____. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo
Horizonte: Editora UFMG, 2005b.

_____. "Para una historia cultural de la 'ciudad latinoamericana'" In: *Primer Congreso
Latinoamericano de Estudios Urbanos "Pensar la ciudad, cambiar la ciudad. Los retos de la
investigación en América Latina a comienzos de siglo XXI"*. Buenos Aires, Argentina, 24-26
ago. 2011.

LEME, M.C.S. "A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil" In: LEME, M.C.S. (Org.).
Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP/ FUPAM, 1999.

MARTINS, C.A.F. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma análise da constituição
do discurso moderno no Brasil. A obra de Lucio Costa 1924-52*. São Paulo: FFLCH-USP,
Dissertação de Mestrado, 1987.

MORAIS, P.H.A de. *Cidades verticais: Habitação social de grande escala na América Latina
1929-1979*. Belo Horizonte: UFMG-Escola de Arquitetura, Tese de Doutorado, 2016.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de
classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.